

A Liberdade Cristã e os Processos Históricos de Libertação

Ricardo Pietrantonio

A descrição deste subtema diz: “Em muitas partes do Terceiro Mundo, de fato nos três diferentes continentes, têm havido lutas para fazer transformações radicais no sistema sócio-político-econômico. Estes processos históricos de libertação impõem uma série de perguntas profundas, seja em relação à participação do cristão e das igrejas em tais processos, aos meios a serem usados ou aos objetivos a serem alcançados. Como poderíamos reavaliar o conceito de Lutero acerca da liberdade cristã, que com freqüência é enfocado unicamente numa dimensão individualista?”

Tentarei desenvolver este tema usando minha melhor capacidade intelectual. Permitam-me começar estas considerações com uma palavra sobre minha pessoa. Ao escrever esta palestra, eu não sabia quem seriam meus ouvintes. Isto constituiu uma grande desvantagem. É difícil falar a pessoas que a gente não conhece e que não conhecem o palestrante. Por isso, permitam que me apresente. Não sou economista, nem sociólogo, politólogo, antropólogo ou psicólogo, e sim só um teólogo, como suponho que seja a maioria de vocês. Em meu caso, como biblista do Novo Testamento, meu trabalho diário tem a ver com a Bíblia, não com História da Igreja nem com Teologia Sistemática. Isso deveria ser levado em consideração quando entro em uma área estranha para mim, como a economia, política, sociologia, antropologia ou psicologia, ou ainda quando entro de contrabando na teologia sistemática ou histórica. Por isso, em minha palestra pretendo ser mais como um autor bíblico, a saber, não sistemático do modo como os teólogos sistemáticos o são, e um amador nas outras ciências. Como no caso dos autores da Bíblia, o meu maior interesse estará voltado para a existência humana e Deus. Farei uso dos conhecimentos que reuni no decorrer de minha vida. Este tipo de enfoque de um tema me foi ensinado pelo continente no qual nasci e vivo. Ninguém na América Latina hoje em dia lê a Bíblia ou faz teologia sem partir da realidade da existência humana. Todo o mundo ao menos tentará fazer isso.

Esta última afirmação deve ser colocada em contexto. Creio que a geração da qual faço parte descobriu, por viver na América Latina, que a realidade e a prática é que contam. Pertencemos a um continente formoso, mas que tem sido — como boa parte do Terceiro Mundo — espoliado, explorado e empobrecido, tanto de dentro como de fora. Ao mesmo tempo, seu povo tem sido considerado, do ponto de vista do comportamento cultu-

ral, como preguiçoso, indolente, sonolento e violento. Para ilustrar isso, gostaria de mencionar só os filmes de Hollywood, interpretados num castelhano ou português grosseiro, que eles têm a coragem de exportar, e que são exibidos diariamente em nossos televisores. Conforme minha experiência, as pessoas do mundo norte-atlântico esperam de nós sempre os mesmos discursos — neste momento talvez um discurso sobre libertação, porém vazio de conteúdo —, e quando tentamos travar um diálogo sobre assuntos técnicos, tais como métodos de pesquisa bíblica ou sistemas de pensamentos sofisticados, continuam pensando que somos subdesenvolvidos. No passado, pessoas do Terceiro Mundo foram utilizadas por visitantes brancos que tiravam fotografias delas e as exibiam nas revistas eclesiásticas. Costumavam dizer que essas fotos mostravam suas novas conquistas imissionárias. Hoje em dia a perspectiva mudou; solicitam-nos que demos conferências sobre teologia latino-americana, para dizer logo em seguida, sem maior conhecimento, que nossa teologia não é profunda. Naturalmente há exceções, mas... Bem, seja como for, falarei como latino-americano, argentino, cuja maior preocupação é dialogar sobre a existência humana e Deus. Permitam-me, pois, começar.

1

As predições do final da década de cinquenta e princípios da de sessenta eram realmente otimistas; trago, por exemplo, à memória o livro de François Houtart e Emile Pin intitulado *The Church and the Latin American Revolution* (New York, 1965; versão portuguesa: *A Igreja na Revolução da América Latina*, São Paulo, Duas Cidades, 1969), no qual os autores dizem que “uma revolução interna é indispensável... sendo uma mera evolução dos regimes atuais insuficiente. A América Latina não pode mais permitir-se tempo para avaliações” (p. 255). “Há somente uma opção: revolução, ou seja, transformação radical de um tipo ou outro. O continente pode escolher uma revolução marxista” (p. 256). Uma boa porção deste otimismo alcançou a década de setenta, até que as forças militares sustentadas pelo Império na maioria dos países latino-americanos disseram: a revolução latino-americana prometida ocorrerá em outro momento, não no atual. Assim sendo, nos anos oitenta, quase ao final deste século, nos encontramos em condições piores do que antes... e a revolução ainda não veio. Nem a revolução cubana nem a ameaçada Nicarágua nos dão a segurança de que acontecerá uma mudança revolucionária substancial no futuro. Tal mudança não está nem mesmo próxima. O Império é suficientemente forte para fazer abortar qualquer tipo de movimento incipiente que pretenda mudar o estado de coisas atual. Os povos que iniciarem uma revolução deveriam ser inteligentes o bastante para tentar impedir que os *marines*, a OTAN ou os Aliados apareçam no horizonte.

Algumas pessoas crêem que, quando a situação piora e as assim chamadas contradições crescem, o tempo certo da mudança é chegado. Em outras palavras, pensa-se que a opressão leva à libertação. Parece-me que, às vezes, isto é verdade, mas não sempre. Por isso, o fato de eu dizer que a situação hoje em dia é pior que nos anos sessenta não significa que a libertação esteja próxima.

No entanto, não gostaria de ser mal entendido. O fato de eu ter expressado minhas dúvidas não significa que eu goste dessa situação. Estou apenas percebendo a realidade tal como ela é; minha percepção da situação é corroborada por muitos; contudo, alguns se recusam a vê-la a essa luz. Durante a época descrita aconteceu algo particularmente significativo. De repente crescemos em consciência, especialmente nas igrejas protestantes minoritárias, acerca da relação que existe entre política e religião, a situação social e o marco ideológico de pensamento; começamos a aprender a “ler”, e, ao fazer isso, nosso otimismo, talvez ingênuo, se foi transformando em criatividade. Agora começamos a nos atrever a “escrever”, ainda que com muitos erros, e as pessoas de outras partes de nosso mundo comum começaram a prestar um pouco de atenção. Talvez não sejamos mais preguiçosos, sonolentos, indolentes e violentos. Seja como for, agora temos coragem de “pensar” por nós mesmos — cometendo equívocos, como todo aquele que tenta pensar —, de modo que continuo afirmando que a revolução latino-americana ainda não está à mão. Num dia destes muitas de nossas esperanças se cumprirão, se não na nossa geração, então na seguinte, através dos nossos filhos. Agora nos atrevemos a carregar nossa própria bagagem teológica, incluindo as ferramentas bíblicas; agora só traduzimos aquilo que achamos que *devemos* traduzir e a próxima geração de teólogos se sairá ainda melhor.

Esta longa introdução tem um propósito: eu queria assinalar com toda a clareza que os processos de libertação nem sempre são limpos e claros. Pelo contrário, quando são evidentes e facilmente perceptíveis, serão abortados, porque as forças que não desejam a libertação lutarão até a morte para abortar o embrião. Em razão deste fato, é mais fácil desenvolver um pensamento teológico do que pôr em movimento um processo que leve à liberdade; é mais fácil expor e explicar a tradição do que identificar os meios a serem usados e as metas a serem alcançadas.

2

Um bom enfoque do tema, creio eu, é partir do ponto de vista antropológico paradoxal de Lutero. O grande reformador baseou o conceito de liberdade num fundamento antropológico. Esta base antropológica é paradoxal: a humanidade (e o ser humano) está totalmente inclinada ao mal. Todavia, a existência humana não está determinada por um destino trágico, mas está ligada à alternativa do que é possível; os seres humanos não são

cegos a guiarem outros cegos, mas podem transformar o seu meio ambiente. Portanto, o próprio ser humano muda, em seu processo histórico. Pecado, justificação e santificação são elementos-chave desse processo. As pessoas, em geral, podem chegar a ser diferentes, mas especialmente se são cristãs. O modelo deste desenvolvimento se encontra em Jesus Cristo. Lutero, como veremos mais adiante, desenvolveu esta questão nos parágrafos 19-20 de seu livro *Da Liberdade Cristã*.

Lutero desenvolve uma *antropologia de totalidade*: visto que a má inclinação penetra todo o ser humano (cf. 21-24; 26-29), não pode ser derrotada senão por Deus em Cristo. Aqueles que afirmam que a má inclinação — pecado — pode ser combatida pelo próprio ser humano através do poder auxiliador dado por Deus em Cristo, partem duma *antropologia dualista*: uma porção não-má existiria em algum lugar do ser humano, que, por seu turno, não seria mau em sua totalidade, e a má inclinação não penetraria toda a natureza humana¹. Em Lutero as duas “naturezas” do cristão não se referem a duas partes duma pessoa, e sim às duas relações nas quais ela sempre existe. O “cristão todo” vive, simultaneamente, diante de Deus e dos outros. O interesse de Lutero não é biológico, mas relacional. A duplicidade das relações do cristão (30) tem a ver com o fato de que não há uma identidade entre Deus e a humanidade: esta não é Deus e Deus não é humano. Se se ignorasse uma das duas relações, seria difícil compreender o que é um ser humano, sua escravidão e liberdade, a ambivalência de sua existência. Lutero não faz uma separação, e sim somente uma distinção: o cristão existe simultânea e constantemente ante seu Criador e seu próximo². Assim, no livreto *Da Liberdade Cristã*, Lutero desdobra primeiramente a relação com Deus (3-18), que está determinada pela fé e é uma variante da justificação, e, em segundo lugar, a relação com as outras pessoas (19-29), que está determinada pelo amor e é uma variante da santificação.

Lutero distingue pessoa e obra. A primeira é interior; relaciona-se com Deus, que não julga segundo as obras — simplesmente porque elas não são válidas na sua presença —, mas que exige a pessoa toda em sua integridade (da mesma forma como o mal abrange toda a pessoa). As obras, por outro lado, são e podem ser julgadas por outros (24). O que Lutero revelou, em concordância com o passado — p. ex., com o assim chamado período intertestamentário³ — é que o ser humano está curvado sobre si mesmo, é autocentrado e busca satisfação em ações feitas em seu próprio interesse⁴. Esta noção também é aplicável às dimensões social, política ou econômica, e não somente a indivíduos. Um bom exemplo disso são as relações atuais entre Norte e Sul.

A distinção entre ricos e pobres não foi criada pelo mundo de nossos dias, mas sim as formas nas quais ela é mantida e os meios pelos quais é consolidada. A revolução agrícola há 10 mil anos desenvolveu diversas formas de vida em diferentes regiões da terra. A revolução industrial fez com que algumas nações crescessem rapidamente, enquanto que outros países e

povos caíram no subdesenvolvimento. As primeiras conseguiram acumular capital e tecnologia por causa de suas relações internacionais e da exploração de suas colônias. Mesmo depois de 1945, quando os impérios coloniais começaram a se desmantelar e as superpotências foram criadas, a distância entre ricos e pobres foi ficando cada vez maior. O diálogo Norte-Sul nasceu quando o presidente Giscard d'Estaing, depois da guerra do Yom Kippur e da crise energética, tentou resolver o problema. Em 1º de maio de 1974 a Assembléia das Nações Unidas adotou uma declaração sobre esse assunto. No entanto, apesar da pressão exercida pelo Grupo dos 77, nada resultou disso. A Comissão Brandt produziu, em 1979, um relatório intitulado *Norte-Sul, um Programa de Sobrevivência*. Em 1981, em Cancún (México), o Sul não conseguiu que o presidente Reagan alterasse as posições mantidas em seu discurso inicial, a saber, que “a livre empresa [faria] melhorar a situação como há 200 anos”, mas o chanceler nigeriano lhe respondeu que “não [foi] a livre empresa, e sim a mão-de-obra dos escravos africanos”⁵.

Do ponto de vista econômico, os problemas do mundo atual provêm das grandes inversões em armamentos do Oeste e do Leste em detrimento do Sul, porque ambos, particularmente o primeiro, são como árvores que têm suas raízes econômicas no hemisfério sul⁶. O auto-interesse vive à base do latrocínio dos pobres.

Os teólogos oferecem diversas respostas às mesmas perguntas por causa de diferenças nas concepções antropológicas. Lutero, a partir duma situação de opressão, considera que todo ser humano é penetrado pela má inclinação, pelo auto-interesse e pela falta de lealdade e de solidariedade para com o próximo, inclinação essa que perdura até que Deus lhe conceda salvação ou libertação (9-10). Tenho a impressão de que as concepções que mostram certo otimismo a respeito dos seres humanos emanam de pessoas que se encontram numa situação de dominação; desafortunadamente, tais concepções são adotadas até por aqueles que têm a firme intenção de refletir a partir da perspectiva do pobre⁷.

3

Lutero desenvolve um paradoxo com base numa afirmação contraditória e ambivalente (2): o cristão (ser humano?) não pode produzir nada diante de Deus para sua própria salvação, mas, por outro lado, deve fazer muitas coisas em relação ao seu próximo (21-24; 26-29). A partir desta perspectiva, o cristão é uma pessoa nova, interior, espiritual, regida pela alma; ao mesmo tempo, é uma pessoa autocentrada, carnal, velha, exterior, regida pelo sangue. Nenhuma coisa externa fará com que o ser humano seja uma pessoa interior, espiritual, livre e boa; nem o bem que liberta nem o mal que produz escravidão procedem do exterior — do corpo —, e sim do ser humano interior (3). Para um cristão nem mesmo o verniz litúrgico exterior

— coisas possíveis de ver e tocar — produzirá bondade e liberdade; mesmo a pessoa má poderia mostrar na superfície uma santidade hipócrita e insincera (4). É outra coisa que dá a uma pessoa bondade e liberdade, a saber, o evangelho através da obra realizada por Cristo e atribuída ao cristão (5, 12).

Todavia, mesmo o cristão, que diante de Deus está justificado, *ainda não* é um ser humano *integral* de acordo com o modelo estabelecido por Cristo — isto só acontecerá no dia do juízo final, na ressurreição dos mortos —, mas, enquanto o ser humano está neste mundo, aqui e agora, tudo é *começo* e *crescimento* (19); esta é uma afirmação de grande importância e deve ser aplicada em relação ao próximo. De fato, esse conceito é desenvolvido na seção que trata da relação com outras pessoas: “... nós só começamos a fazer algum progresso naquilo que será aperfeiçoado na vida futura”. Contudo, enquanto que o ser humano estiver no mundo, haverá duas forças opostas com as quais o cristão tem que lutar constantemente: o egoísmo — para combatê-lo Lutero urge que se discipline o corpo — e a relação com o próximo — neste caso o reformador recomenda obras de solidariedade (20), porque no ser intrínseco sempre reinará a vontade rebelde, uma vontade contrária, uma vontade que serve ao mundo em benefício de sua própria vantagem, no pior dos sentidos.

Há dois assuntos concernentes à antropologia que mereceriam atenção, mas que não desenvolverei aqui devido ao alcance limitado desta palestra. Um tem a ver com o mundo futuro, o mundo do porvir, no qual Lutero acreditava (com base nessa crença Lutero desenvolveu sua argumentação da forma em que o fez [19]). O outro assunto é a vontade rebelde (20). Em relação com o primeiro tema — um tópico que é de suma importância para a antropologia —, permitam-me perguntar: o ser humano é transcendente ou não? Como se deveria usar o conceito de reino de Deus — ou devemos dizer “reinado de Deus”? Dever-se-ia usá-lo simplesmente numa dimensão política, para o aqui e agora, ou em relação com o além? Ele é supra-histórico? Esta não é uma pergunta nova. A literatura intertestamentária é um bom testemunho das diferentes concepções que prevaleciam no tempo de Jesus⁹, e podemos constatar que esse assunto também é discutido na história da Igreja até hoje em dia. Na minha opinião, este assunto não tem sido tratado com suficiente profundidade e extensão. Às vezes, a gente se pergunta se a legítima utilização do conceito no sentido político não é uma dissimulada negação da sua dimensão transcendente. Penso que é importante esclarecer este ponto, a fim de compreender a existência humana.

Com respeito ao segundo assunto, a vontade rebelde, a má inclinação ou o pecado, acho que tem havido uma falta de discussão séria. Para ser justo, porém, é necessário recordar a tremenda contribuição que a teologia latino-americana tem dado ao discurso teológico sobre o pecado coletivo e estrutural. Não obstante, o diálogo sobre esse assunto tem carecido de profundidade, particularmente em relação às implicações antropológicas. Ao

meu ver, pecado, má inclinação e liberdade estão inter-relacionados. Lutero usou as duas dimensões: por um lado cria que o reino de Deus está relacionado com o além, e, por outro, que a má inclinação permeia todo o ser humano. Por causa das conseqüências ulteriores, precisamos discutir e aprofundar ambos os assuntos.

4

O mesmo Lutero chamou a atenção para outra questão crucial, que também se relaciona com a antropologia, mas tem a ver com a política, a saber, a relação ambígua das pessoas com o governo (14-15) e com o próprio poder; este é percebido como tendo algo de malvado. Neste aspecto Lutero também seguia a linha do passado, ou seja, as noções apocalípticas sobre impérios e a compreensão rabínica da má inclinação. Portanto, ele considerava que o poder também está na zona crepuscular entre a carne e o espírito, entre a luz e as trevas. Estas noções têm conseqüências fundamentais para o âmbito político, onde se devem desenvolver os conceitos de liberdade e libertação. Se a práxis latino-americana tem indicado que a injustiça depende da insensibilidade dos poderosos, do egoísmo e do egocentrismo, do interesse próprio e da política dos lucros, então é verdade que a inclinação para o mal é a própria essência do poder. Supondo que o mal produzido pelos seres humanos, por seu egocentrismo e egoísmo, afeta as estruturas e instâncias criadas por eles (nunca por elementos à parte deles), é necessário fazer uma troca radical de enfoque. As condições criadas, as estruturas vigentes condicionam o ser humano desprotegido, mas a troca não pode resultar duma modificação meramente cosmética.

Permitam-me continuar com o exemplo da relação rico-pobre. As conseqüências transnacionais da política econômica afetam os países pobres, que suportam o impacto da crise econômica mundial. Ao mesmo tempo, os mecanismos de defesa dos privados de poder se desmantelam aos poucos, e o trabalhador já não pode controlar o processo produtivo e a distribuição dos meios e das riquezas. Em algumas áreas da América Latina, a participação das pessoas no consumo de alimentos e outros bens necessários para manter a vida continua decrescendo¹⁰.

Na década de sessenta existia a convicção de que o crescimento econômico resolveria os graves, sérios e amplos problemas da pobreza, das excessivas desigualdades e do desemprego. Na atualidade, depois de um período de altas taxas de crescimento, é difícil sustentar que o crescimento por si só — sem uma correlação adequada entre desenvolvimento e ética e uma distribuição adequada dos recursos — será suficiente para corrigir as desigualdades sociais¹¹.

Lutero refletiu não somente sobre o pecado individual — ainda que a dimensão pessoal possa ter sido sua maior preocupação —, mas também

sobre o estrutural, por exemplo, no tratado “Do Comércio e da Usura”¹². Chamou a atenção dos comerciantes por sua má conduta e para o fato de que o comércio não deveria estar sujeito à lei da oferta e procura, e sim à necessidade das pessoas. Na época de Lutero, a exploração do povo havia crescido no sentido de que os donos de bens escassos — os que detinham o poder — elevavam os preços.

A mesma situação da Alemanha de Lutero também pode ser percebida em nossos países hoje em dia. Há uma relação direta entre inflação e corrupção. Como consequência do segundo aumento dos preços do petróleo entre 1970 e 1980, a média de inflação nos assim chamados países em desenvolvimento que não produzem petróleo alcançou 38% em 1980, mais que quatro vezes a taxa ocorrida no período entre 1968 e 1972, e o PIB diminuiu 4,5% em 1980. O déficit da balança comercial aumentou para US\$ 80 bilhões em 1980 e US\$ 100 bilhões em 1981. Mas em algum países, como a Argentina, que não produzem petróleo para exportação, a taxa foi ainda maior. De fato, o caso argentino é muito difícil de explicar. A inflação se acelerou em países do Terceiro Mundo que não produzem petróleo; entre 1972 e 1977 ela dobrou em comparação com os cinco anos anteriores; isto se aplica tanto aos países asiáticos quanto aos africanos, e no Oriente Médio ela atingiu o quádruplo de sua taxa anterior. A desvalorização da moeda pode fazer com que um país se torne mais instável, de difícil crescimento, porque não há mais possibilidades de poupar e planejar. Ao mesmo tempo, grandes quantidades de riquezas passam das pessoas com rendas baixas para aquelas com rendas altas. Pouco a pouco os grandes donos do capital obtêm ganhos através da especulação monetária, devido à elevação das taxas de juros¹³. Por outro lado, a especulação acarreta outra consequência: produz corrupção generalizada. Cada um trata de salvar-se pela especulação, aumentam-se os preços sem razão (reduzindo com isso o poder de compra dos salários) e se desvia o dinheiro — o escasso e o abundante — para os bancos, por causa das altas taxas de juros que estes oferecem. Tudo isto constitui, na verdade, um grande engano. Quando o governo de um país administra empresas públicas, aqueles que lhes fornecem materiais elevam seus preços, faturando o dobro ou mais dos preços que praticariam normalmente ao fornecer para empresas privadas. Assim a comunidade em geral subvenciona esses astutos ladrões.

Os assim chamados países em desenvolvimento têm como principal esteio de seu intercâmbio comercial os próprios produtos da terra, mas em certas ocasiões as superpotências, devido a razões políticas internas, subsidiam seus produtos similares, de modo que os preços no mercado internacional caem verticalmente, já que este é controlado pelas superpotências e pelos grandes donos do capital. Há algum tempo o governo dos EUA subsidiou o preço do trigo e derivados, de sorte que países como a Argentina, que comercializava com a URSS, perdeu este mercado, porque a URSS começou a comprar trigo dos EUA por um preço mais vantajoso. Qual é real-

mente o problema: o chamado mundo livre ou o interesse próprio?

Além disso, a biotecnologia mudou completamente as regras. Os países em desenvolvimento dificilmente vão poder desenvolver sua própria biotecnologia. Este é um assunto restrito aos países que possuem dinheiro para investir em pesquisa. A distância entre ricos e pobres vai se tornando cada vez maior; a brecha cresce geometricamente; os países que dispõem dos meios colocam a pesquisa científica a serviço de seu próprio progresso¹⁴. Lutero também propôs uma reforma social na sua época. Pensava que o comércio deveria decrescer; pondo grande ênfase no trabalho, sugeriu que as pessoas deveriam se dedicar à agricultura, utilizando terra até então ociosa. Curiosamente, Lutero também falou contra a especulação e enfatizou a necessidade da educação (o estudo da Bíblia também liberta!)¹⁵.

5

Ademais, Lutero utilizou seu conceito antropológico estrutural para propor reformas profundas na Igreja de seu tempo. Tenho a impressão de que muito de nosso esforço teológico hoje em dia se dirige para a sociedade e para a relação entre Igreja e sociedade; procuramos determinar de que modo a Igreja e os cristãos influenciam a sociedade e se a Igreja é ou não profética, mas não se faz um grande esforço para modificar, como Lutero em seu tempo, a própria Igreja. Deveríamos perguntar-nos com que tipo de autoridade a Igreja poderia dirigir-se à sociedade. Qual é o modelo de solidariedade que a sociedade em geral irá visualizar? Não é certo que a relação entre o Norte e o Sul também está presente quando a Igreja rica do Norte impõe a agenda e a Igreja pobre do Sul tem que adotar essa agenda se deseja receber alguma ajuda¹⁶?

Lutero lutou contra dois extremos políticos: o *status* da Igreja hierárquica e a Igreja absoluta do reino dos anabatistas. Em relação à primeira — a segunda está fora de questão no momento, pois falar sobre ela iria além do alcance desta palestra —, Lutero contribuiu com alguns aspectos que poderiam ser valiosos para nosso tema.

Em seu tratado “À Nobreza Cristã da Nação Alemã, acerca da Melhoria do Estamento Cristão”, Lutero denunciou as três “muralhas” (chamadas por ele “de papel”) que são erigidas para manter uma Igreja hierárquica, em última instância uma Igreja carnal. As três muralhas servem para fortalecer a situação de poder da estrutura eclesiástica¹⁷.

A primeira das muralhas é o poder da Igreja sobre o Estado, do espiritual sobre o temporal. Este estamento eclesiástico é, na realidade, a hierarquia da Igreja, visto que os cristãos em geral pertencem ao estamento secular. Lutero desenvolve a idéia do sacerdócio universal de todos os crentes e tira da hierarquia — não da Igreja como comunidade — o poder sobre o temporal, e desenvolve, em *Da Liberdade Cristã*, a idéia do serviço que

qualquer cristão deve prestar aos outros. Os atributos políticos pertencem à Igreja em geral; com esta noção desenvolve a doutrina da vocação que, mais tarde, foi de grande importância para a relação do cristão com a vida diária. Às vezes os próprios luteranos não percebem esta dimensão e têm, em razão deste fato, negado o direito do cristão de participar na vida política.

A segunda muralha a ser demolida é a que foi levantada a fim de impedir o povo de Deus de interpretar a Bíblia e de usar o poder desta em sua situação particular de opressão. A interpretação das Escrituras unicamente pelos peritos poderia ser utilizada como artifício ideológico para legitimar a autoridade política da hierarquia. Lutero argumenta que a comunidade cristã, como comunidade dos santos, tem o direito de julgar sobre assuntos de fé e vida. Às vezes os próprios luteranos põem maior autoridade na hierarquia da confissão do que na releitura da Bíblia na comunidade dos crentes. Na história da Igreja a leitura da Bíblia produziu mais reformas do que qualquer outra teologia feita por peritos.

E, finalmente, a terceira muralha a ser destruída é a que não permite que o povo de Deus convoque um concílio para discutir sobre os rumos que a comunidade deveria tomar. Mesmo os luteranos esqueceram esta forte advertência de Lutero. Às vezes convocam só peritos e hierarquia para discutir a vida e a missão da Igreja.

O paradoxo antropológico que abriu o caminho para o desenvolvimento do conceito de liberdade cristã abre novas possibilidades de encontrar a vereda da libertação; como afirma Lutero, há sempre um começo e crescimento enquanto o cristão estiver neste mundo.

6

O cristão é livre, mas deveria servir ao próximo com prazer, tratando de fazer com o próximo o mesmo que Deus fez com o cristão através de Jesus Cristo. Isto ele deveria fazer gratuita e graciosamente, sendo com o próximo do mesmo modo como Cristo foi com ele (27). Esta atitude de servir a outros deveria ser assumida sem esperar por alguma recompensa. Se esta atitude se tornasse o critério da libertação, haveria necessidade de se trocar o parâmetro político, porque na política a característica central é poder e auto-interesse.

Lutero oferece em seu tratado alguns exemplos bíblicos para ilustrar o serviço em liberdade: a liberdade da Virgem Maria, por amor para com os outros, a liberdade de Paulo quando permitiu a circuncisão de Timóteo e resistiu à circuncisão de Tito, a liberdade de Jesus no pagamento dos tributos. Tudo isso são serviços voluntários, destinados a beneficiar outros e ajudá-los a melhorar sua vida. Mesmo as obras religiosas deveriam ser feitas em favor das pessoas e para disciplinar o corpo, como também a sujeição aos poderes seculares deve ser efetuada no mesmo espírito de serviço.

Nenhuma dessas obras é feita para buscar justificação para si mesmo, e sim com a idéia da livre entrega de si mesmo para os demais, mesmo para as autoridades seculares, em amor e liberdade (28). A compreensão de Lutero a respeito das obras é perfeitamente realista, e, na minha opinião, é possível viver de acordo com ela.

Se pensamos que podemos mudar repentinamente todas as coisas como que num passe de mágica, e se, quando as primeiras dificuldades aparecem no horizonte, somos acometidos por cinismo, desespero e falta de esperança, nada alcançaremos. Por outro lado, se aceitamos o *status quo* porque estamos convencidos de nada poder fazer ante as realidades políticas, nossa imobilidade cresce e fugimos para a privacidade.

De acordo com Comblin¹⁸, o centro da mensagem cristã é a liberdade (o tema central na carta de Paulo aos Gálatas), que abrange a totalidade da condição humana, e não a justificação pela fé ou a fórmula “Jesus é o Senhor”, um termo que poderia ser usado na simples aclamação de um novo deus, como no caso de César. A noção de liberdade de Paulo é apresentada num contexto histórico bem determinado e particular. A fé da qual Paulo fala é fé em Jesus, cujo poder supera toda lei e cria nos seres humanos uma nova liberdade, que os capacita a atuar em amor. Comblin acrescenta, numa frase muito breve, que a tradição luterana nunca esteve isenta de um certo quietismo indiferente à ação social e política.

Penso que a crítica de Comblin é parcialmente justificada, mas injusta em alguns casos. Quanto a este ponto, a crítica à tradição luterana tem vindo dos próprios luteranos. Ao longo da história, alguns deles afirmaram que o cristão é livre de tudo, esquecendo-se, porém, que ao mesmo tempo (*simul*) é também servo de todos. Outros afirmaram que o cristão é servo de todos, mas esqueceram que este serviço é livre, não relacionado à opressão ou ao mérito. Não é justo desqualificar a doutrina da justificação pela fé por causa da história subsequente; poder-se-ia argumentar que a Igreja hierárquica, que naquele momento não permitiu reformas para defender seus privilégios, não pode jogar a primeira pedra sem dizer “*mea culpa*”. O evangelho da liberdade produziu um impacto explosivo e libertador no século XVI, porque muita gente, vivendo numa situação opressora, experimentava a mensagem da Igreja como um jugo pesado demais para carregar, e os crentes estavam aterrorizados pelas exigências que ela lhes fazia. A história subsequente da tradição evangélica não foi sempre feliz, nem sempre uma história de liberdade. Todavia, a vantagem das igrejas evangélicas é que, quando o opressor eclesiástico se impõe sobre a comunidade, isto é feito à força (não por doutrina), por engano e demonstração de poder, mas esse opressor não possui o substrato teológico e doutrinário sobre o qual possa fundamentar sua opressão. Quando o povo de Deus evangélico descobre o engano, então a verdade doutrinária sai à luz e o véu se descobre, o poder cai por terra e o opressor é destronado. Pode-se dizer o mesmo da tradição católica¹⁹?

Contudo, em Lutero, a liberdade cristã é uma variante da justificação pela fé. Quando esta é relacionada com o tema da liberdade²⁰, deparamos com duas teses conhecidas: a primeira se relaciona com a fé, e a segunda com o amor. A primeira tese deveria ser entendida com base na distinção que Lutero faz entre pessoa e obra, sendo esta algo externo, a ser julgado exteriormente. A segunda tese tem a ver diretamente com as obras, como veremos um pouco mais adiante²¹.

Lutero não discute os muitos sentidos que o conceito tem na filosofia, na política, na sociedade, na economia ou na cultura, ainda que não os desconsidere ou negue²². Ele se concentra na noção segundo a qual a liberdade é dada por graça: a pessoa é livre quando vive uma vida que não é auto-centrada, mas aberta a Deus em confiança e ao próximo em amor. Este modo de viver não é algo natural no ser humano, mas acontece somente como dádiva de Deus. Deus liberta a pessoa somente pela graça, somente pela fé e somente por Cristo, que é o fundamento singular e único da liberdade cristã. As condições humanas não determinam a liberdade cristã. Sobre esta base seria possível recorrer a Lutero para justificar uma atitude que despreza o mundo, é indiferente ao sofrimento humano, nutre o escapismo e a fuga do mundo? A distinção feita por Lutero entre a pessoa interior — o cristão frente a Deus — e a pessoa exterior — o cristão ante os outros seres humanos — afirma que a liberdade do cristão se origina somente em Cristo. A bondade e a liberdade do cristão não constituem funções da riqueza, do poder ou da saúde, mas dependem unicamente de sua confiança na promessa. Para que se entenda que a liberdade se fundamenta na promessa, Lutero distingue lei e evangelho (8, 9, 25). Cada qual tem uma função diferente. A primeira é uma exigência absoluta de Deus — que, no entanto, não dá a força para realizá-la; na minha opinião, porque as condições externas não o permitem — e o segundo é um dom, graça sem exigências prévias²³.

Lutero não é um determinista moderno que crê que os seres humanos e suas ações estejam determinados por fatores biológicos, psicológicos ou sociológicos. O ser humano tem certa capacidade para selecionar alternativas possíveis em relação aos outros e à natureza²⁴. Lutero deseja que o ser humano seja livre de uma vida autocentrada, do egocentrismo; livre “das” forças da abjeção de seu ser (pecado, morte, lei, culpa, idolatria e egocentrismo) e livre “para” dar honra a Deus (11, 13) e unir-se a Cristo (12)²⁵.

7

Só a fé é a base da vida de todo cristão. O cristão é humilhado pelos mandamentos (8) e anseia pela “outra palavra”, a palavra sobre o crer em Cristo, porque quem tem fé, tem tudo (9). Tudo é só de Deus — tanto o

mandamento como a promessa (8) — os mandamentos e o cumprimento, só Deus ordena, e só ele leva a efeito. A pessoa que se atém à Palavra se une a ela, e a alma se apoderará de todas as virtudes que pertencem à Palavra. Pela fé somos feitos filhos de Deus, de sorte que não necessitamos de obra alguma para nos tornarmos livres. Esta liberdade, porém, não induz os crentes a viverem como ociosos ou malfeitores, antes torna a lei e as obras desnecessárias para a justificação e a salvação de qualquer pessoa (10). A fé é confiança em Deus (11) e cumpre o primeiro mandamento. Se o primeiro mandamento se cumpre pela fé, todos os outros são cumpridos pela fé, e as boas obras se seguem a tal cumprimento (13, cf. 14). Não é suficiente pregar a Cristo superficialmente, porque ele não é mera crônica histórica ou mero direito eclesiástico, ou ainda lei e doutrina eclesiástica (18); antes, ele é vida. A fé e as riquezas ainda devem crescer dia a dia até a vida futura (20)²⁶. Se alguém carece de fé, nenhuma boa obra ajudará tal pessoa a obter justificação e salvação. As obras revelam se uma pessoa é justa ou injusta *perante outras* (24). O evangelho qualifica ou orienta; algo que é bom para alguns será mau para outros, dependendo de como certas ações são executadas na vida²⁷.

De acordo com Lutero, as obras são levadas a cabo por lealdade a Deus, a saber, por amor, que é a liberdade operante numa aliança. As obras realizadas para a justificação não procedem da lealdade nem, portanto, da fé. Se hoje em dia se transpõe essa idéia para o âmbito político ou mesmo econômico, pode-se argumentar da mesma maneira. Os empréstimos que o Norte concedeu ao Sul foram dados em benefício do Norte e não por um sentimento de lealdade e pelo desejo de desenvolver o Sul, de modo que, na atualidade, o último acumulou dívidas externas imensas, que restringem seriamente seu desenvolvimento econômico.

Logo após a explosão dos preços do petróleo (1972-1974) para um valor até cinco vezes superior aos preços anteriores, grandes somas de dinheiro entraram no mercado internacional. Os países exportadores de petróleo tinham um excesso de liquidez e depositaram seus excedentes nos bancos internacionais do Ocidente (Londres, Suíça, Nova Iorque, etc.) Assim, estes bancos incrementaram seus fundos e começaram a emprestar dinheiro a países do Terceiro Mundo. É muito sugestivo que, ao mesmo tempo, havia muitas ditaduras militares na América Latina. Nesses países a falta de liberdade impossibilitava às pessoas questionar as políticas de seus governos (muitos que o fizeram desapareceram, particularmente na Argentina). Em meados da década de 70, Argentina, Uruguai, Chile, Brasil, Bolívia e Peru tinham regimes militares²⁸.

Com os juros que os países em desenvolvimento estão pagando, o Norte financia seu conforto, seus armamentos e sua tecnologia, e cresce tão rapidamente, que a distância em relação ao Sul está aumentando geometricamente em todos os sentidos, como já dissemos. A dívida externa dos paí-

ses da América Latina tolhe cada dia mais o necessário desenvolvimento, de modo que, ao invés de progredir em direção a uma maior justiça interna, sofrem de crescente injustiça social. Os pobres estão pagando com suas próprias vidas o enriquecimento de poucos. O crédito como instrumento de dominação já era conhecido nos tempos bíblicos. “O rico é senhor dos pobres, o devedor é escravo do credor.” (Pv 22.7.) Emprestar é bênção, porque “o Senhor, teu Deus, te abençoará como te tem dito: tu emprestarás a muitos povos e não pedirás emprestado, dominarás muitos povos e não serás dominado” (sistema poético AB B'A'; Dt 15.6). Entre o povo de Deus não haverá o jogo de interesses: “Se emprestas dinheiro a alguém de meu povo, a um pobre que mora contigo, não te haverás com ele como credor que impõe juros.” (Êx 22.25.) Entre as maldições está a de ser um prestador: “O estrangeiro (...) te emprestará a ti, porém tu não lhe poderás emprestar; ele será por cabeça e tu serás por cauda.” (Dt 28.43.) O usurário que empresta dinheiro pensa que é uma bênção tomar um empréstimo — o credor não deveria ser visto como tirano, e sim como benfeitor magnânimo —, mas a Bíblia afirma que tomar um empréstimo é uma “maldição” e que o credor não é um benfeitor, mas sim um agiota vigarista. Celso Furtado disse que há dois tipos de nações: as centrais — ou eleitas — e as periféricas — ou malditas — e que o endividamento das últimas representava o instrumento que teria tornado possível a “transnacionalização da economia” em favor das primeiras²⁹.

Poder-se-ia perguntar a Lutero se seria aceitável realizar obras de amor com o único objetivo de agradar a Deus (22). Penso que esta forma de compreender as obras de amor é genuinamente cristã, visto que o serviço realizado em liberdade, como fruto da liberdade, é em benefício da sociedade em geral. Em contraposição, as obras realizadas para a autojustificação são egoístas e egocêntricas; não beneficiam a outros, mas enriquecem aos que as fazem, transformando-os em ladrões do próximo. Gostaria de enfatizar que não seria correto acusar Lutero de capitalismo incipiente, como se tem feito³⁰. Na minha opinião, o capitalismo, que tem como seu objetivo a obtenção de lucro, compreende uma idéia de mérito; quem trabalha e faz esforços, obtém riquezas: devem-se acumular obras suficientes para sua própria salvação.

Lutero enfatiza que o ser interior adquire fé, força e confiança, que não podem ser vistas. Para fora, realizam-se as obras em favor dos outros, obras que podem ser vistas. Deste modo Lutero não está longe das afirmações de Tiago e 1 João. Dever-se-ia recordar a afirmação de Lutero segundo a qual enquanto estamos no mundo, tudo é começo e crescimento (19), de modo que os cristãos realizam obras não para serem justificados perante Deus, mas sim somente com a intenção de manter o corpo sob controle e protegê-lo das más propensões (21). Como Adão e Eva no jardim do Éden antes da queda não necessitavam fazer obras porque eram justos, agora também o cristão é colocado de novo no paraíso através da fé. Assim,

as obras são necessárias unicamente para evitar a ociosidade e para agradar a Deus (22, cf. 27-28). Ao mesmo tempo, elas pretendem servir aos semelhantes. Devem ser úteis para os outros, satisfazer as necessidades do próximo (26). As obras feitas com a intenção de obter salvação própria não são boas, porque as conseqüências que produzem são más (23, 24, 25, 29). Lutero repete que as obras feitas para a própria salvação produzem maus frutos (23). Em outras palavras, as obras motivadas pelo “egocentrismo” não só são prejudiciais para quem as faz, mas também as conseqüências para as outras pessoas são ruins. Isto se aplica tanto à esfera individual quanto ao âmbito sócio-político-econômico.

Lutero entende as obras de amor como uma conseqüência da liberdade criada pela fé e pela confiança na libertação de Deus, porque a fé é a fonte do livre amor ao próximo³¹. A árvore boa produz bons frutos (23), e neste sentido as obras são de caráter positivo, porque se realizam em favor dos outros. Assim Lutero tirou as obras do âmbito espiritual ou religioso — o âmbito eclesial diante de Deus — e as colocou na esfera secular e política, na relação com os seres humanos³². Isto representa um novo conceito de santidade. Lutero não tinha uma ética dupla, uma para o clero e outra para o povo leigo secular. “Lutero descobriu”, diz Altmann³³, “que o ‘mundo’ do qual se pretendia escapar estava instalado dentro de cada um e que a concupiscência consistia no amor escravo a si mesmo.” “A libertação obtida com o descobrimento da justificação pela fé permitiu uma inversão radical dos valores.” “As boas obras foram caracterizadas como obras do diabo; sendo prática meritória, em última análise respondem ao auto-interesse.” “Pelo contrário, aquelas obras consideradas neutras ou até como males necessários, como as destinadas à subsistência e organização social das pessoas, passaram a ser as obras boas e desejadas por Deus, o verdadeiro lugar da santidade.”

8

Resta-nos descobrir neste ensaio a relação entre a liberdade — ou libertação — que Deus nos concedeu e o testemunho desta liberdade hoje em dia. Deveria haver alguma conexão entre a justificação que já está realizada e as lutas que os seres humanos — particularmente os oprimidos — têm que travar a fim de se tornarem mais livres. Nossa liberdade concedida por Deus está enraizada na cruz e ressurreição de Cristo, o protótipo de libertação. Deveríamos ser capazes de encontrar sinais palpáveis do avanço da liberdade (que agora existe só diante de Deus, mas que amanhã reinará em definitivo). Mesmo que a liberdade cristã seja algo já adquirido, não obstante há alguns âmbitos ainda não conquistados. Ainda se podem detectar alguns pontos em que a escravidão prevalece até o presente. Em outras palavras, deveríamos sempre procurar fazer uma distinção entre o cumprimento da promessa já adquirido e as situações de escravidão em que a libertação pode ser obtida no futuro, como parte da promessa. Se a liberdade

“de” já foi conseguida, resta encontrar a liberdade “para” a qual fomos libertados por Deus.

Lutero nos dizia que nesta vida tudo é começo e crescimento (19). Segundo ele, sempre existirá — até a consumação dos tempos — uma luta constante pela liberdade “de” com vistas a vislumbrar a liberdade “para”. Sempre teremos que viver com o paradoxo de saber que já temos algo, mas que, simultaneamente, sempre ainda falta algo.

Tomemos um exemplo de nossa realidade. Na Argentina temos sofrido uma escravidão política — não podíamos eleger nem ser eleitos —, de modo que para o cristão proclamar o evangelho da liberdade seria altamente perigoso e a pessoa estaria sujeita a transformar-se num “desaparecido”. Neste contexto se estabeleceu uma luta para sermos libertados “da” falta de direitos humanos. Mas esta luta estava exposta a um risco, porque a pessoa poderia ser acusada — sem julgamento, pelos serviços secretos — de ser um inimigo da pátria, de ameaçar a segurança nacional. Assim, tornamo-nos livres “da” clandestinidade e conseguimos a democracia política. Com Lutero, eu diria que a libertação “de” nos deveria levar a uma libertação “para”.

Bem, na Argentina, vivemos numa situação de “ainda não”. Temos que lutar “para” a democratização da sociedade em geral, embora tenhamos conseguido a democracia política e os direitos humanos. A democracia ainda não está completa com relação à igualdade social e econômica. Nosso povo ainda tem um longo caminho a percorrer, mas, como dizia Lutero, estamos continuamente “começando” e “crescendo”. Comblin argumenta com razão que a liberdade não foi circunscrita por Paulo ou pelos demais apóstolos, mas que na história vamos ganhando consciência de novas alternativas³⁴. Não obstante, uma concepção geral de liberdade já foi ganha pela sociedade argentina, mas a forma concreta sempre terá que ser conquistada de novo, enquanto que a liberdade continuar sendo relativizada pela realidade.

Os ricos — sejam indivíduos, países ou grupos — têm uma liberdade maior que os pobres. Para ambos, ser livres “de” tem o mesmo sentido, mas os últimos sofrem limitações que os anteriores não têm no que diz respeito ao “para”. Se uma pessoa rica é livre em Cristo “da” servidão do pecado, da morte, do demônio e das demais coisas, mas não aplica o que Lutero chama a consequência da liberdade pela fé, ou seja, o “para”, então sua liberdade não é total. Ao mesmo tempo, se uma pessoa pobre é livre em Cristo “das” mesmas servidões do pecado, da morte e do demônio que a rica, ela sempre será obrigada a buscar sua libertação em coisas que são cruciais para a vida diária, como teto, comida, vestimenta e educação. A pessoa pobre dificilmente poderia aplicar a exortação “para”, porque sempre está confinada à luta constante por libertação “de”.

Desejaria exemplificar esta tese com algumas palavras de Jan Pronk³⁵:

Antigamente, a distribuição justa dos recursos da terra não era um requisito econômico ou político prévio para governar o mundo. Havia uma só terra, mas continha muitos mundos que quase não dependiam uns dos outros; a vida ou a morte num deles não afetava os demais. (...) Dois fatores mudaram esta situação: o colonialismo e a revolução técnica na esfera das comunicações. Ambos tiveram sua origem no Ocidente. (...) A terra se converteu num só mundo: um mundo pequeno do ponto de vista técnico, com uma economia dirigida e dominada politicamente por um poder central situado no Ocidente (...) uma sociedade feudal em escala mundial, controlada por uma elite industrial que não compartilhava os recursos, o trabalho ou o pão com a multidão dos desapropriados da terra. (...) Depois da guerra começou uma nova era na qual, pela primeira vez na história da humanidade, se fez um esforço em escala mundial para dirigir de maneira racional as relações internacionais, criando uma nova ordem econômica internacional. (...) Tratava-se de um esforço deliberado para procurar mais trabalho e pão para um maior número de pessoas, mais vida e mais unidade, não por razões éticas, e sim porque desta forma se favorecia o interesse pessoal da elite dessa época, que somente podia prosperar sob condições de estabilidade política e econômica. Foi assim que se instituiu o sistema de Bretton Woods, composto dum Banco Mundial e dum Fundo Monetário Internacional junto com uma organização internacional encarregada do comércio mundial. Fundou-se a Organização das Nações Unidas, com seu Conselho de Segurança e seus organismos especializados que permitem aos estados nacionais negociar a estabilidade e o crescimento. (...) Prestou-se ajuda para o desenvolvimento aos países pobres, a fim de que pudessem construir uma infra-estrutura. (...) Estimulou-se o desenvolvimento do Terceiro Mundo mediante a adoção das estratégias para o primeiro e segundo decênios do desenvolvimento. Foi também a época da descolonização do Sul e, depois da Guerra Fria, da distensão (*détente*) entre o Leste e Oeste. (...) Hoje em dia a situação é diferente; a mudança processou-se há uns dez anos. A nova ordem econômica internacional (...) dissolveu-se e o chamamento lançado para instaurar uma ordem nova não foi cumprido (...).

Não podemos ser otimistas quanto ao futuro, a menos que as condições mudem radicalmente. Para a América Latina, por certo para todo o Terceiro Mundo, o problema não é Leste *versus* Oeste, mas sim Norte *versus* Sul. Um dos problemas que Pronk assinalou e que também distingue os países pobres dos ricos é a modernização dos meios de crescimento, e nisto somos na realidade os pobres que deveriam ser libertados “de”.

9

Uma das razões do subdesenvolvimento é a falta de educação. A humanidade foi vencendo dificuldades utilizando diferentes técnicas desde o descobrimento do fogo e da roda. Na teoria econômica clássica a riqueza das nações da terra se baseava em três coisas: trabalho, capital e recursos naturais. Atualmente é necessário agregar um novo fator: informação codi-

ficada e centralizada. Este tipo de capacidade tecnológica é propriedade daquelas sociedades que conseguiram desenvolver a informática, computadores, robôs, etc. É um falso dilema querer distinguir ciência pura e aplicada (teoria e prática), mesmo em lugares onde exista subdesenvolvimento. Este tipo de pensamento origina-se da falsa idéia de que investimentos colocados na pesquisa, educação, etc. não resolvem os grandes problemas urgentes, tais como a fome, *agora*, e por essa razão devem-se evitar tais investimentos.

Todavia, a menos que sejamos capazes de criar novas formas de desenvolvimento, não vamos resolver os problemas da fome e da injustiça. Os novos descobrimentos e invenções têm ajudado historicamente a mudar a qualidade de vida. O progresso tecnológico é uma condição *sine qua non*, junto com um ponto de vista ético a respeito da vida, a fim de modificar a situação dos pobres. As más condições econômicas presentes dos países pobres devem-se, em particular, à falta de desenvolvimento tecnológico. Assim, a distância entre os poderosos e os fracos torna-se cada dia maior, crescendo geometricamente³⁶.

Finalmente, gostaria de abordar dois problemas que, na minha opinião, são muito importantes para nosso tema. Ambos foram sugeridos ao longo desta palestra, mas agora desejo precisá-los melhor. Entretanto, tenho muitas dúvidas se terei condições de expressá-los corretamente — dúvidas provenientes da própria realidade, das implicações ideológicas e de experiências políticas. As interrogações e as análises podem ser de um ou outro modo corretas, mas como devo ser honesto comigo mesmo e com os ouvintes, apresento-as como matéria-prima.

O primeiro assunto é este: aparentemente as nações que têm sido influenciadas pela doutrina protestante da justificação pela fé somente alcançaram um grau de desenvolvimento que acarretou um melhor nível de vida para seu povo — mesmo que seja necessário reconhecer que este tipo de desenvolvimento exibiu muitos aspectos viciosos. Ao mesmo tempo, nos últimos séculos estes povos têm sido o motor da modernidade ocidental (ou isto é uma afirmação atrevida e insolente?), enquanto que as nações cujos povos foram ensinados que Deus tomará em conta seus méritos no juízo final não tiveram êxito em elevar o nível de vida das pessoas — e quando começam a ter êxito, será que é porque estão adotando o modelo das nações mencionadas primeiramente? Estou consciente de que há muitas e variadas respostas a esta questão, desde as racistas, passando pelas funcionalistas, até as que se baseiam na teoria de Max Weber. Mesmo assim, o que descrevi parece ser um dado da realidade³⁷.

Gostaria de ensaiar outra resposta possível. Talvez aquelas nações cujos povos não sofreram a pressão de realizar obras de mérito pessoal para sua própria salvação (o que tem a ver com egoísmo e egocentrismo, como já foi demonstrado) tenham obtido, como povos, uma solidariedade maior que outros; pode ser que tenham podido concentrar-se mais no externo que no interno quando aplicaram, inconscientemente, o conceito da nova santi-

dade estabelecido por Lutero³⁸. Por outro lado, estes povos não aplicaram o mesmo critério quando se relacionaram com outros povos, tanto com aqueles de igual como de menor grau de desenvolvimento, mas, em verdade, trataram de aproveitar-se deles, de modo que nesses casos não aplicaram nem a nova santidade nem a solidariedade. O egocentrismo e o egoísmo têm funcionado nessa instância interiormente, não exteriormente. Isto demonstraria que Lutero tinha razão quando afirmou que neste mundo tudo é começo e crescimento.

Parece-me que a idéia existente em cada grupo de pessoas, de acordo com a qual sua liberdade e prosperidade dependem do grau de hostilidade contra seus vizinhos, não coincide com a idéia bíblica do povo de Deus formado de todos os povos da terra, como Paulo o elucida em Rm 4. Não há liberdade com guerra, não há libertação possível sem o exercício da solidariedade³⁹.

Com esta última afirmação passo ao segundo assunto, ou seja, à solidariedade. Ao fazer uma releitura das idéias de Lutero sobre a liberdade, pergunto-me se é possível governar o mundo e viver nele pelo evangelho. Estou consciente de que Lutero afirmou que o evangelho só funciona no âmbito da fé, na comunidade dos santos — a própria Igreja —, e a lei no âmbito do mundo — a sociedade secular. Mas, então, que tipo de relação existe entre a liberdade cristã — que começa na fé e tem como consequência a nova santidade no âmbito secular — a justiça, e o próprio evangelho que foi dado para a salvação da humanidade, a fim de que se forme o povo de Deus? Se no âmbito político secular é indispensável aceitar o critério mundano para governá-lo, e se é impossível usar um novo modelo de comportamento, fruto do evangelho, então qual é o propósito último do evangelho?

Em consequência, desejaria continuar nessa direção. Na minha opinião, um novo enfoque, que poderia tornar-se um ponto de partida para a libertação, seria incorporar aos âmbitos econômico, social e político (não só à vida privada individual) não a compreensão usual da correlação de forças, em que cada um — seja grupo de interesse ou classe — procura seu próprio benefício e em que os poderosos sempre ganham, mas sim o critério da solidariedade na forma que Lutero o desenvolve na segunda parte de *Da Liberdade Cristã*, critério que se deriva da gratuidade da salvação. Poderíamos chamar isso de espiritualidade da sociedade, uma idéia mobilizadora, ainda que mais tarde fosse necessário criar normas e regras, como se faz na própria Igreja, lugar em que se supõe só reger o evangelho. Afinal, a mensagem evangélica é ecumênica e abrangente; se não for possível aplicá-la ao mundo em geral, então, do ponto de vista bíblico, este mundo não tem nenhuma chance e a existência humana será governada por um destino trágico. Mas a liberdade cristã nos impulsiona em direção à alternativa do possível.

Notas

- 1 Cf. José COMBLIN, *La Libertad Cristiana*, Santander, Sal Terrae, 1979, pp. 59, 60.
- 2 Cf. Juan STUMME, "Introducción a la Libertad Cristiana", in: Martín LUTERO, *La Libertad Cristiana*, Buenos Aires, La Aurora, 1983, p. 27; Walter ALTMANN, *Confrontación y Liberación; una Perspectiva Latinoamericana sobre Martín Lutero*; Conferencias Carnahan 1983; *Vox Evangelii* 1985, Segunda Serie; Buenos Aires, ISEDET, 1985, p. 235.
- 3 Cf. Alejandro DÍEZ MACHO, *Apócrifos del Antiguo Testamento I*; Introducción General, Madrid, Cristiandad, 1984, capítulo "Pesimismo y Dualismo", pp. 345-9. A literatura intertestamentária testemunha um pessimismo antropológico, como se pode deprender da maneira como as distintas correntes de pensamento tratam a questão da má inclinação e de como superar a situação de opressão, escravidão, etc. da existência humana. A tendência sapiencial afirma que é por meio da piedade e da razão; a corrente apocalíptica, só através de uma súbita ruptura entre este mundo e o futuro; a gnose, no mundo superior; e a tendência rabínico-haláquica, através do cumprimento da lei (Torá).
- 4 Cf. J. STUMME, op. cit., p. 32; W. ALTMANN, op. cit., p. 239.
- 5 Poderia ser ilustrativo comparar algumas estatísticas da divisão Norte-Sul levando em conta EUA/Canadá e a América Latina/região do Caribe.

ano		população	prod. global (PIB)	produção per capita	renda per capita
1950	EUA/Canadá	10,2%	51,4%	506%	3.170 US\$
	AL/Caribe	10%	5,8%	57%	360 US\$
1977	EUA/Canadá	8,6%	41,8%	487%	5.595 US\$
	AL/Caribe	12,1%	7,7%	63%	725 US\$

Razões para este tipo de dados: aumento da população no Sul, diminuição no Norte (onde o crescimento é devido à imigração de gente pobre) e a revolução tecnológica deste último.

Para as estatísticas utilizei: Redacción, "Indicadores Socioeconomicos de Todos los Países del Mundo", *Encuentro*, 16:82-9, 1982; Otto CALVO COIN, *Sistema de Indicadores Estructurales de Pobreza y Participación Social 1983*, San José, Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad de Costa Rica, 1983.

- 6 Jan PRONK, em *El Combate por la Vida*; el Consejo Mundial de Iglesias; Breve Historia; Informe de la VI Asamblea, Vancouver, Canadá, 1983, Buenos Aires, La Aurora, 1984, pp. 74-5, crê que as razões dos problemas são duas: primeiramente, a crise econômica estrutural em que se encontra o mundo de hoje em dia se enraíza no sistema econômico interno que foi criado depois da Segunda Guerra Mundial. Por mais de duas décadas esse sistema serviu ao propósito daqueles que o criaram e controlaram: estabilidade e crescimento. Mas ele também tinha deficiências estruturais. Em segundo lugar, os governos, ao invés de tratar de corrigir estas deficiências básicas, produziram um caos ainda maior por suas políticas de curto alcance, míopes e protecionistas, que só tinham em conta os pró-

prios interesses. O diálogo Norte-Sul se assemelha a um diálogo entre surdos, ou ainda pior, porque os surdos com certeza se comunicam mutuamente. As Nações Unidas perderam credibilidade... as negociações produzem só palavras, não políticas. A tensão entre o Leste e o Oeste aumentou. A corrida armamentista fugiu ao controle (o diálogo Reagan-Gorbachov produziria algo?) Economicamente o mundo está em crise, com desemprego de dois dígitos no Norte e crescimento econômico negativo no Sul.

Veja também A. AGUILAR, "La Crisis del Imperialismo Norteamericano y la Estrategia de Reagan", *Estrategia*, 2(44):5-21, 1982; Alfredo E. CALCAGNO, Jean Michel JACOBOWICZ, *El Monólogo Norte-Sur y la Explotación de los Países Subdesarrollados*, México, Siglo XXI, 1981; Francisco GÓMEZ CAMACHO, "Norte-Sur ?Un Diálogo Imposible??", *Revista de Fomento Social*, 37(145):43-9, 1982; Luciano TOMASINI et al., *El Diálogo Norte-Sur: una Perspectiva Latinoamericana*; Comentario del Informe Brandt, Buenos Aires, Belgrano, 1982; Jaime ALVAREZ SOBERANIS, "La Revisión del Convenio de París; un Episodio en el Diálogo Norte-Sur", *Com. Exterior*, 34(12):1190-200, 1984; Jospe M. JORDÁN GALDUF, "Desigualdades Económicas y Necesidad de un Nuevo Orden Económico Internacional", *Iglesia Viva*, 110-111:163-78, 1984.

7 Cf. J. COMBLIN, op. cit., pp. 60-1.

8 Cf. W. ALTMANN, op. cit., pp. 97-115.

9 Cf. Alejandro DÍEZ MACHO, op. cit., pp. 351-89.

10 Para dar um exemplo: o Peru, em 1981, experimentou só 1,2% de crescimento do PIB em relação aos 5,8% de 1980. Por outro lado, os preços ao consumidor aumentaram 60%, e o déficit da balança comercial foi de US\$ 33 bilhões em relação aos 28 bilhões de 1980, fazendo crescer sua dívida externa. De cada três pessoas, uma não dispõe de renda suficiente para satisfazer suas necessidade mais elementares como alimento, teto e vestimenta:

	Porcentagem da população em condições de pobreza		Déficit de pobreza relacionado com o PIB	
	1970	1981	1970	1981
Am. Latina	35,9%	33,63%	7,01%	5,76%
Argentina	8%	8%	0,5%	0,5%
Brasil	49%	43%	8,2%	4,2%
Honduras	65%	64%	23,1%	21,8%
Peru	50%	49%	13,4%	12,8%
Chile	17%	16%	1,9%	1,6%

11 Isto é tanto mais verdade se considerarmos que entre 1950 e 1981 se passou de US\$ 398 a US\$ 895 de renda *per capita*, com uma taxa de crescimento médio de 6%, mas a pobreza não foi reduzida proporcionalmente e o número de pobres não parou de crescer. O crescimento econômico é uma condição necessária, mas não suficiente para derrotar a pobreza. O salário da classe baixa oscilava entre US\$ 30 e US\$ 150 por mês. CEPAL, "Panorama de la Economía Latinoamericana 1981", *DOCLA*, 10(63):34-8, 1982; Enrique V. IGLESIAS, "La Evolución Económica de América Latina en 1981", *Comercio Exterior*, 32(3):302-14, 1982; Sergio MOLINA, "La Pobreza", *Revista de la CEPAL*, 18:93-117, 1981; Angel SERRANO, "La Pobreza: una Realidad Lacerante", *Comercio Exterior*, 34(8):755-64, 1984; John KENNETH GALBRAITH, *La Pobreza de las Masas*, Barcelona, Plaza y Janes, 1982.

- 12 Cf. W. ALTMANN, op. cit., pp. 168, 179-81.
- 13 Cf. Ching YUAN, Siddique ABDUL, "Viver en la Inflación ?Qué Botón Apretar?", *CE-RES*, 15(1):15-20, 1982.
- 14 Eduardo JAHNI, "Las Exportaciones Agroalimentarias Argentinas en los Mercados Internacionales", *Comercio Exterior*, 34(11):1134-40, 1984.
- 15 Cf. W. ALTMANN, op. cit., pp. 142-3.
- 16 Ibid., pp. 179-81.
- 17 Ibid., pp. 137-47.
- 18 Cf. J. COMBLIN, op. cit., pp. 24-7.
- 19 Cf. J. STUMME, op. cit., p. 25; W. ALTMANN, op. cit., p. 237.
- 20 W. ALTMANN, pp. 235-6.
- 21 Ibid.
- 22 J. STUMME, op. cit., p. 28.
- 23 Ibid., pp. 28-9.
- 24 Cf. J. STUMME, op. cit., p. 29.
- 25 Ibid., p. 30.
- 26 Cf. parágrafo 3 sobre o reino de Deus.
- 27 Cf. J. COMBLIN, op. cit., p. 23.
- 28 Um exemplo do aumento da dívida externa:

Argentina	1974	US\$ 5 bilhões
	1980	US\$ 40 bilhões
	1986	US\$ 50 bilhões

Neste período o aumento do montante se deriva da impossibilidade de pagar e, em consequência, os juros crescem geometricamente.

- 29 A dívida externa nominal dos países periféricos foi de US\$ 87 bilhões em 1971 para US\$ 524 bilhões em 1981, com uma média anual de progressão de 20% — o serviço da dívida aumentou mais que o próprio déficit: em 1971, para US\$ 11 bilhões, em 1981, para US\$ 112 bilhões, com uma proporção anual de 26%. Por quê? Primeiro, os países pobres se endividaram consideravelmente durante o choque do petróleo; segundo, as taxas de juros cresceram no mercado particular de dinheiro; e, terceiro, em 1978-1979 muitos países em desenvolvimento pagaram suas dívidas externas por antecipação em virtude das vantagens das condições do mercado, mas imediatamente tomaram novos empréstimos com períodos mais prolongados de pagamento.

Cf. Bahran NOWZAD, "La Deuda en los Países en Desarrollo: Algunas Cuestiones pa-

ra los Años 80”, *Finanzas y Desarrollo* (1982), pp. 13-6; Redacción, “La Deuda del Tercer Mundo ¿Es Problema Grave?”, *Encuentro*, 18:46-9, 1982; Javier GOROSQUIETA, “La Crisis Financiera Internacional”, *Razón y Fe*, 210(1034):296-307, 1984; Luis VITALE, *Historia de la Deuda Externa Latinoamericana y Entretelones del Endeudamiento Argentino*, Buenos Aires, Sudamerica-Planeta, 1986.

30 Cf. W. ALTMANN, op. cit., p. 147.

31 Ibid., p. 237.

32 Ibid., pp. 238-40.

33 Ibid., p. 239.

34 Cf. J. COMBLIN, op. cit., pp. 37, 61-2. No entanto, partindo da concepção evangélica de revelação, vejo certa dificuldade na exposição de Comblin. Ele diz (p. 66) que a revelação é *progressiva*, já que foi instaurada por dois mediadores: o Filho, que nos deu o impulso inicial de salvação bem como a revelação desse impulso inicial, e o Espírito, que foi dado para que o resto da revelação pudesse ser descoberto e inventado no transcurso da história; esta é a segunda fase da revelação, dada ao povo de Deus em meio a suas confrontações com a história, ou seja, a revelação através da história do povo de Deus iluminado pelo Espírito. Com isto Comblin afirma as *duas fontes* da revelação.

35 J. PRONK, op. cit., pp. 74-5, 139-49; cf. também Raúl PREBISCH, “La Crisis Global del Capitalismo y su Trasfondo Teórico”, *Revista de la CEPAL*, 22:81-106, 1984; *Encuentro, Selecciones para Latinoamérica*, 33:19-35, 1984.

36 Cf. Austin ROBINSON, *Tecnología para el Desarrollo del Tercer Mundo*, México, FCE, 1983; Rodolfo H. TERRAGNO, *La Argentina del Siglo XXI*, Buenos Aires, Sudamerica-Planeta, 1985; Francisco R. SAGASTI et al., “Ciencia y Tecnología en América Latina: Balance y Perspectivas”, *Comercio Exterior*, 34(12):1.163-79, 1984; S. TEITEL, “Creación de Tecnología en América Latina”, *El Trimestre Económico*, 50(4):2.397-417, 1983; Sanjaya LALL, “Los Países en Desarrollo y un Nuevo Orden Tecnológico Internacional”, *Comercio Exterior*, 33(1):7-13, 1983.

37 Este parece ser o enfoque de Mariano GRONDONA, *Los Pensadores de la Libertad*; de John Locke a Robert Nozick, Buenos Aires, Sudamericana, 1986, especialmente pp. 7-9, 13, 168-75. Não estou de acordo com Grondona em sua posição política, porque desenvolve uma compreensão neoliberal da sociedade, mas, por outro lado, seus argumentos sobre a liberdade mereceriam ser ouvidos com atenção.

38 Cf. W. ALTMANN, op. cit., pp. 238-40.

39 Cf. J. COMBLIN, op. cit., pp. 32-7.